



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976  
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986  
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 17.228 de 25/11/2016  
GABINETE DA REITORIA

**AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 009**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 001/2017**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, no uso de suas atribuições, considerando o resultado final e a homologação do **Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo – Edital 001/2017**, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 10 de agosto de 2017; e considerando o indeferimento na análise da documentação de candidatos convocados; bem como o não comparecimento de candidatos convocados nos Avisos de Convocação anteriores, convoca os candidatos abaixo listados, para se apresentarem **nos dias 14, 15 e 18 de dezembro de 2017**, das 9:00 às 11:00h e das 14:00 às 16:00h, na Gerência de Recursos Humanos, prédio da Administração Central da UEFS – Campus Universitário, a fim de entregar os documentos e Atestado de Saúde Ocupacional constantes do Anexo deste Aviso.

**Feira de Santana, 13 de dezembro de 2017.**

**Evandro do Nascimento Silva  
Reitor**

**RELAÇÃO DOS CANDIDATOS – 9ª CONVOCAÇÃO**

**Função: Técnico de Nível Médio - Educador para Creche**

| Inscrição | CPF         | Nome                   | Pontuação | Geral | Negros |
|-----------|-------------|------------------------|-----------|-------|--------|
| 101440    | 02073106536 | MAYARA LIMA DE ALMEIDA | 38,0      | 56    | -      |

**Função: Técnico de Nível Médio - Educador para Creche**

**Candidatos Negros (30% das vagas, nos termos da legislação vigente)**

| Inscrição | CPF         | Nome                      | Pontuação | Geral | Negros |
|-----------|-------------|---------------------------|-----------|-------|--------|
| 103580    | 02022291573 | MAIANA CERQUEIRA ALMEIDA  | 31,5      | 89    | 21     |
| 100940    | 04386170537 | IZABEL PIRES DA CONCEIÇÃO | 29,5      | 101   | 22     |

**Função: Técnico de Nível Médio –Técnico em Laboratório**

| Inscrição | CPF         | Nome                      | Pontuação | Geral | Negros |
|-----------|-------------|---------------------------|-----------|-------|--------|
| 103456    | 02068787539 | TECLA DOS SANTOS SILVA    | 23,0      | 39    | -      |
| 103779    | 03024382542 | JAMILE DOS SANTOS PEREIRA | 22,5      | 40    | -      |
| 102709    | 77603400520 | CLEVERSON BARBOSA MATOS   | 22,5      | 41    | -      |
| 100067    | 02508294527 | ADILZA OLIVEIRA LEITE     | 22,0      | 42    | -      |

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO**➤ **COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO**

1. Os candidatos deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos que comprovam os requisitos de avaliação da análise curricular, para validação (original e cópia), conforme Item 8.7 do Edital.
2. Poderão ser solicitados documentos adicionais em caso de dúvidas no momento de comprovação dos requisitos de avaliação, conforme previsto no Item 8.7.1 do Edital.

➤ **FOTOCÓPIA E ORIGINAL (NÃO É NECESSÁRIO AUTENTICAÇÃO)**

3. O candidato convocado deverá apresentar, também, os seguintes documentos:

**FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO:**

- a) Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou formação técnica profissionalizante de nível médio;
- b) Curriculum Vitae;

**FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR:**

- c) Diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior para a função temporária/área de atuação que concorreu expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC e comprovante de registro no respectivo Conselho;
- d) Títulos obtidos no exterior revalidados no Brasil, se for o caso;
- e) Currículo Lattes (<http://lattes.cnpq.br>)

**TODAS AS FUNÇÕES:**

- f) Carteira de identidade (obrigatório, mesmo que apresente Carteira Nacional de Habilitação), CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;
- g) Título de eleitor e comprovantes dos dois últimos pleitos **ou** certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral ou Certidão do TRE ou TSE - emitida através do site: **[www.tre-ba.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral](http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)** (comprovante de justificativa não será aceito);
- h) Declaração de não acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados **ou** Declaração de carga horária com os dias e os horários de trabalho expedido pelo órgão de pessoal ou dirigente da Unidade onde o servidor possui outro vínculo público (caso tenha acumulação legal de cargos públicos) **ou** Ato de exoneração ou requerimento para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- i) Comprovante com número do PIS (Caixa Econômica) ou PASEP (Banco do Brasil) – **NÃO SERÁ ACEITO CONTRA-CHEQUE COMO COMPROVANTE** (caso seja inscrito);
- j) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;
- k) Certificado de reservista para os homens;
- l) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- m) Comprovante de residência atual;
- n) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pelas Justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral, disponíveis nos seguintes sites:
  - Antecedentes Criminais: **[www.ba.gov.br/antecedentes/solicitar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/solicitar_atestado.asp)**
  - Federal: **[www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/](http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/)**
  - Militar: **[www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa](http://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa)**
  - Crime Eleitoral: **[www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais](http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais)**
- o) Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (para aqueles que já exerceram função pública), disponível em: **[www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)**

- p) Carteira do Órgão de Classe e respectiva Certidão negativa do Conselho de Classe ou órgão profissional competente (caso a função esteja diretamente vinculada a carreiras de profissões regulamentadas);
  - q) Procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;
  - r) Número de agência e conta corrente do Banco do Brasil;
  - s) Certidão de Nascimento ou RG de filho(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos, se for o caso;
4. O candidato que, na data da contratação, não reunir os documentos requisitados enumerados acima, perderá o direito ao ingresso na referida função temporária, conforme Item 12.6 do Edital.
  5. O não comparecimento do candidato no prazo da convocação acarretará a perda do direito da contratação na referida função temporária, conforme Item 12.7 do Edital.
  6. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade nos dados curriculares apresentados, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis, nos termos do Item 8.5 do Edital.
  7. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão a função temporária, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, como previsto no Item 6.3.3 do Edital.
  8. O candidato deverá procurar uma Clínica de Saúde Ocupacional (Medicina do Trabalho) para a emissão do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional; os custos da consulta e dos exames médicos serão do candidato. O ASO deverá ser entregue junto com as cópias dos documentos para admissão e dentro do prazo estabelecido pelo aviso de convocação.

**Lei Estadual nº 6.677, de 26/09/94**

Art. 177 – É vedada a acumulação, remunerada ou não, de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

- a) de dois cargos de professor;
- b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico (alínea b do inciso II art. 178, cargo técnico ou científico é aquele para cujo exercício seja exigida habilitação específica de nível superior ou profissionalizante de nível médio);
- c) de dois cargos de médico.

1º A proibição de acumular estende-se a cargos, funções e empregos em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.